Outro ano desperdiçado no ensino superior brasileiro

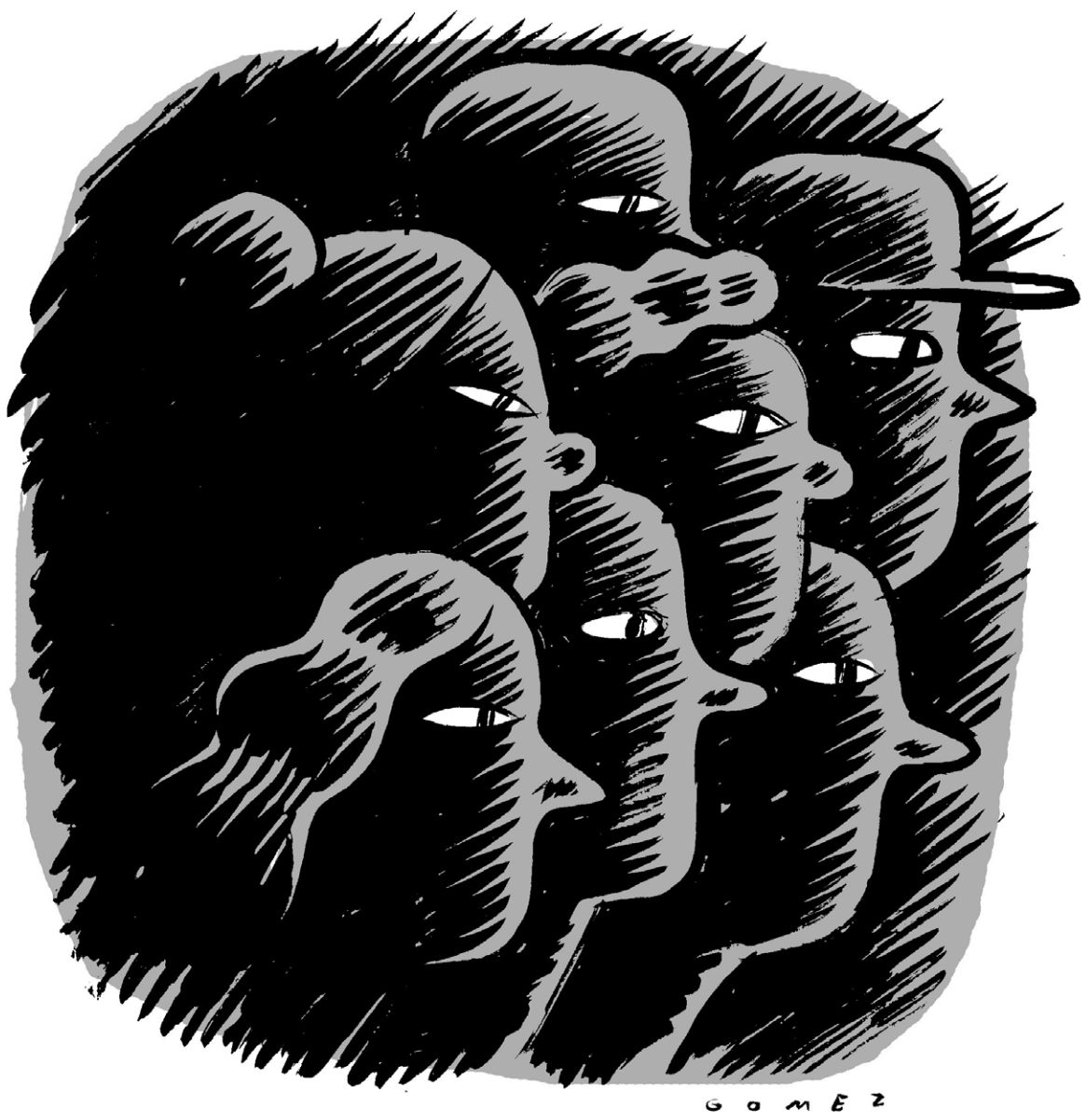
» RODRIGO BOUYER
Avaliador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e sócio da Somos Young

A divulgação dos resultados do Enem marcam o início dos dias mais significativos para a efetivação de matrículas no ensino superior brasileiro — seja ele público ou não gratuito (privado ou comunitário). Para o segmento, essa data equivale à Páscoa para a indústria de chocolates ou ao Natal para o varejo. Ou seja, boa parte do resultado financeiro do ano no setor é largamente influenciada por esse período.

Tal fenômeno apoia-se no fato de que, a partir da publicação dos resultados, os estudantes do terceiro ano do ensino médio definem seu futuro acadêmico. Vale ressaltar que a histórica desigualdade social no Brasil pune e condena não apenas os nossos jovens, mas também a economia e a sociedade como um todo. Ocorre que os estudantes que cursaram o ensino médio nas escolas particulares (menos de 13% do total) vão estudar nos cursos que vocacionam e nas instituições de maior credibilidade.

Quanto aos jovens que estudaram o ensino médio na rede pública, apenas cerca de 10% conseguirão seguir pelos mesmos caminhos dos estudantes da rede particular. Todo o restante dependerá de subsídios públicos ou privados para o acesso e a permanência no ensino superior. Esse cenário faz com que o Brasil esteja distante de atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) previstas para o ensino superior na década entre os anos de 2014 e 2024.

Assim, em termos de acesso ao ensino superior, a nossa população conta com o Sisu (sistema de seleção para ingresso nas instituições públicas), o Prouni (bolsas de estudos em instituições não gratuitas) e o Fies (financiamento para ingresso nas instituições não gratuitas). Como 78% de todos os estudantes matriculados no ensino superior estão nas instituições não gratuitas, a democratização do seu acesso a esse nível de ensino precisa contemplar um volume significativo de subsídios públicos federais nessas instituições.



Diante da mudança de governo, considerando que o presidente Lula convocou pessoalmente os jovens a voltarem a participar do Enem e que o governo promoveu campanhas publicitárias para convencer os jovens a também se inscreverem no Sisu, Prouni e Fies, o que se espera para este segundo ano de governo Lula é que a "Pátria Educadora" de antigos governos petistas esteja de volta.

Porém, no que diz respeito aos subsídios federais, o ano de 2024 promete ser decepcionante. Senão vejamos. Quanto ao Sisu, não houve aumento significativo de vagas. Além disso, 41,4% das ofertadas em 2022 ficaram ociosas. Em relação ao Prouni, por ser permuta fiscal com base na receita das instituições não gratuitas e considerando que essas receitas são decrescentes desde 2015, as bolsas de estudos ofertadas pelo programa tendem a seguir caindo.

Em se tratando de Fies, embora tenham sido amplamente debatidas pelo Ministério da Educação (MEC) formas de ressuscitar esse programa que ostenta números pífios de novos contratos firmados anualmente, o Ministério do Planejamento e Orçamento não pareceu se sensibilizar com o tema ao propor a LOA de 2024. Com isso, por falta de previsão de recursos, o FIES seguiu inexpressivo ao fim do primeiro ano do novo governo federal. Como agravante, o Congresso Nacional ainda cortou as já parcas verbas do Fies para privilegiar o fundo eleitoral e as emendas parlamentares.

Diante desse cenário, os investimentos feitos pelo atual governo para convidar os jovens para fazer o Enem, o Sisu, o Prouni e o Fies parecem ter sido desperdiçados. É como convidar as pessoas para uma festa que não existirá. Infelizmente!

Pesquisa divulgada pelo Global Opportunity Youth Network de São Paulo (GOYN) em 2020 indicou que a não inclusão produtiva dos jovens deixa de gerar cerca de R$ 2 bilhões em riquezas no PIB municipal. Além do fato de se tornarem menos dependentes da estrutura pública, esses jovens, se tivessem conseguido estudar, se transformariam em importantes pagadores de impostos e geradores de trabalho e renda. Essa pesquisa é sobre São Paulo, a cidade mais rica do Brasil. Imagine esse número em nível nacional.

É por isso que não existe país desenvolvido sem uma educação superior de qualidade pujante e em expansão. A nossa, pela última década, está no caminho oposto e precisa ser resgatada urgentemente.

Justiça seja feita, o atual MEC tem tido uma atuação muito corajosa ao enfrentar problemas estruturais e de ordem regulatória do ensino superior que assombram o país há anos. Embora muitos ainda não tenham sido solucionados — quer por estarem aguardando definições judiciais ou regulamentares de edital público (caso dos novos cursos e do aumento de vagas em graduação de medicina), quer por estarem em meio a pressões lobistas de diferentes naturezas (caso do EAD de direito e das carreiras de saúde), quer por serem problemas mais complexos e que envolvem outras estruturas governamentais (caso das licenciaturas e o risco de apagão de professores por falta de atratividade da carreira docente no Brasil) —, este ministério teve coragem de jogar luz sobre temas espinhosos e se propor a tentar resolvê-los.

Contudo, em termos de subsídios federais para acesso ao ensino superior, o MEC ainda parece figurar como um soldado solitário em meio a uma guerra, sem conseguir contar com a solidariedade proporcional dos demais ministérios ou mesmo do Congresso Nacional.

Promulgação da primeira fase da reforma tributária traz aspectos positivos e preocupantes

» JEFFERSON NASCIMENTO
Coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil

» KATIA MAIA
Diretora executiva da Oxfam Brasil

A mais ampla mudança na estrutura de impostos sobre o consumo do Brasil, desde a Constituição de 1988, foi concretizada nos últimos dias do ano passado com a votação da Emenda Constitucional 132, de 2023 (antiga PEC 45/2019). A reforma tributária aprovada no Congresso e promulgada pelo presidente da República deve ser celebrada, mas não sem observar alguns aspectos preocupantes.

Sim, há previsão de dispositivos importantes para a redução de desigualdades, promoção da saúde e proteção do meio ambiente previstos no texto. Mas há aspectos que merecem ser observados de perto. Importante acompanhar, agora, a regulamentação de diversos pontos da reforma tributária aprovada, incluindo questões como o imposto seletivo, os critérios de funcionamento do cashback e o formato da Cesta Básica Nacional de Alimentos. Sem isso, os avanços contidos no texto promulgado ficarão apenas na promessa.

Entre os destaques positivos do texto da reforma tributária aprovada pelo Congresso, podemos citar três pontos. Um deles é a previsão de redução de 100% nas alíquotas de tributos de produtos como hortícolas, ovos, frutas, além de itens de cuidados básicos à saúde menstrual, produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda.

Outro é a criação do cashback, mecanismo que prevê a devolução de parte dos recursos arrecadados com impostos sobre bens e serviços para o consumidor final que esteja em determinada faixa de renda. Por fim, a necessidade de consideração da promoção da igualdade entre homens e mulheres durante a avaliação periódica (de cinco em cinco anos) do custo-benefício dos regimes diferenciados previstos pela reforma.

Em relação aos pontos preocupantes da reforma, a indicação do objetivo de reduzir desigualdade de renda no texto aprovado ficou aquém do texto original que tramitou na Câmara dos Deputados, que previa marcadores de raça e gênero. Outro fato é a manutenção da possibilidade de redução de alíquota para agrotóxicos (incluídos no escopo de insumos agropecuários, conforme Art. 9º, § 1º, XI) ou para produtos ultraprocessados (caso considerados como alimentos destinados ao consumo humano, conforme Art. 9º, § 1º, XIII), que teve seu impacto negativo potencializado pela previsão da exceção à aplicação do imposto seletivo, conforme Art. 9º, § 9º, dispositivo introduzido pela tramitação inicial na Câmara dos Deputados, e que não foi alterado posteriormente. Também preocupa a aprovação de destaque na fase final da tramitação da reforma tributária na Câmara dos Deputados removendo armas e munições do escopo do imposto seletivo.

A Emenda Constitucional 132/2023 promulgada prevê um prazo de 90 dias para que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional um projeto de reforma da tributação da renda (Art. 18, I) — considerada a segunda fase da reforma tributária. Nesse sentido, o governo federal adotou medidas importantes nos últimos meses, como a lei recentemente sancionada que prevê a tributação sobre offshores e fundos exclusivos.

A Oxfam Brasil reforça a necessidade de avançar no processo de reforma do sistema tributário brasileiro, indo além das mudanças nos impostos sobre consumo, com medidas focadas na tributação de altas rendas e sobre grandes patrimônios, fundamentais para que o sistema tributário brasileiro seja mais justo e progressivo.

A procura da bússola da felicidade

» ISAAC ROITMAN
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador emérito do CNPq e membro do Movimento 2022-2030 O Brasil e o Mundo que queremos

A bússola foi criada na China, no século 1. Foi utilizada na navegação e, até hoje, tem grande importância nos estudos da cartografia e astronomia. Foi ela que permitiu e facilitou a exploração na época das grandes navegações. Ao longo do tempo, foi aperfeiçoada e, nos dias de hoje, a bússola digital pode ser utilizada em computadores ou telefones celulares. Em um mundo com fantásticos desenvolvimentos tecnológicos, uma pergunta emerge: seria possível construir uma bússola que, em vez de determinar os pontos cardeais, pudesse indicar os caminhos para a felicidade?

Em 2010 foi lançado o livro *A Bússola da Felicidade*, de autoria de Tammy Kling e John Spencer. A obra descreve um terrível acidente em que um personagem, Jonathan, perde a filha e a esposa. Ele decide, no seu desespero, deixar tudo para trás e peregrinar pelo planeta para encontrar pessoas que vão lhe oferecer lições valiosas sobre a vida. Nessa jornada, Jonathan vai compreender que cada pessoa ou cada experiência de vida não aparece por acaso, mas para ajustar a sua bússola interna e descobrir o próprio destino. Os autores nos ensinam como superar os sofrimentos e encontrar os caminhos que possam nos levar à superação de problemas e encontrar a plena felicidade.

Consciente ou inconscientemente, todos nós estamos em busca da felicidade. Não é simples defini-la. Ela é abordada pela filosofia, pela psicologia e pelas religiões. Os filósofos associam a felicidade ao prazer, uma vez que é difícil definir a felicidade como um todo, de onde ela surge e os sentimentos e emoções envolvidos. Sigmund Freud abraçava a tese de que todo indivíduo é movido pela busca da felicidade, mas essa busca seria utópica, uma vez que, para ela existir, não poderia depender do mundo real, em que as pessoas têm experiências com o fracasso — portanto, o máximo que o ser humano conseguiria seria uma felicidade parcial.

A doutrina religiosa budista também analisou a felicidade como um dos seus temas centrais. O budismo acredita que a felicidade ocorre por meio da liberação do sofrimento, pela superação do desejo e também pelo treinamento mental. A felicidade é uma somatória de momentos encantados, como, por exemplo, contemplar a alegria e o sorriso de uma criança, como registrado no pensamento e sensibilidade de Charles Chaplin: "Não preciso me drogar para ser um gênio; não preciso ser um gênio para ser humano; mas preciso de seu sorriso para ser feliz".

Para as pessoas contaminadas pelo consumismo e pelo acúmulo de riquezas, o poder e o dinheiro são construtores da felicidade. Grande equívoco que a nossa consciência revelará cedo ou tarde. Tem razão Arthur Schopenhauer quando disse: "A nossa felicidade depende mais do que temos nas nossas cabeças do que nos nossos bolsos".

Estamos vivendo tempos preocupantes no Brasil e no mundo. As guerras que causam a morte de pessoas inocentes, a vergonhosa desigualdade social, o abandono dos princípios éticos, uma educação ultrapassada, os moradores de rua, o desespero das classes mais vulneráveis, a falta de perspectivas para os jovens e outras mazelas fazem parte do presente e ameaçam o nosso futuro.

É a hora de mudar o jogo. Todas e todos temos o direito de ter uma vida digna e feliz. Existem no planeta Terra um número considerável de seres humanos que construíram projetos virtuosos que precisam virar realidade. Isso é possível. Vamos usar como princípio o pensamento de Alexandre Herculano: "O segredo da felicidade é encontrar a nossa alegria na alegria dos outros". Creio que podemos chegar ao formato imaginado por Carlos Drummond de Andrade: "Ser feliz sem motivo é a mais autêntica forma de felicidade".

A luta não será fácil. Muitas pedras no caminho. Nessa aventura, em momentos de desânimo, vamos nos lembrar dos versos inspiradores de Caetano Veloso: "Felicidade foi se embora / E a saudade no meu peito ainda mora / E é por isso que eu gosto lá de fora / Porque sei que a falsidade não vigora / A minha casa fica lá de traz do mundo / Onde eu vou em um segundo quando começo a cantar". Vamos cada um de nós, encontrar a nossa bússola da felicidade.